



BOLETIM DE PRENSA

JSMP Preocupa-se com Ataques Pessoais contra Juizes do Tribunal de Recurso 23 de Julho de 2003

JSMP encontra-se alarmado com recente críticas contra juizes do Tribunal de Recurso vindas de membros do governo. Muitas declarações parecem resultar em ataques pessoais aos juizes, ao invés de constituírem comentários sobre o conteúdo das decisões judiciais. JSMP acredita que este tipo de prática não é apropriada porque ameaça a separação dos poderes e a independência do judiciário, ambos garantidos ao âmbito da Constituição Timorense.

O Tribunal de Recurso recentemente tomou duas importante decisões que resultaram em muita controvérsia. A primeira decisão, do dia 30 de Junho, relaciona-se com a declaração de inconstitucionalidade de parte da Lei de Imigração. Na segunda decisão, no dia 15 de Julho, o Tribunal de Recurso considerou que a legislação Portuguesa, e não a Legislação da Indonésia, deve ser a legislação subsidiária no Timor-Leste.

A resposta de alguns membros do governo a estas decisões incluíram comentários direccionados aos juizes do Tribunal de Recurso alegando que eles são ‘imcompetentes’ e ‘sem profissionalismo’.

JSMP gostaria de salientar o facto de que não há nada de errado em realizar análises críticas das decisões judiciais. A justiça não é uma virtude isolada; críticas vindas dos membros do governo, dos meios de comunicação e da sociedade civil devem ser permitidas. Entretanto, críticas excessivas contra os juizes resulta, na verdade, em inteferência na independência do judiciário.

Juizes, sem dúvida nenhuma, devem ser responsabilizados por sua conducta quando ao realizar seus deveres e trabalho. Caso existem alegações de má conducta e falta de profissionalismo, o procedimento que deve ser acionado aqui em Timor-Leste é o mecanismo instituído pelo Estatuto dos Magistrados Judiciais.

“Não estamos dizendo que críticas ao actual sistema judiciário não são bemvindas. Na verdade, a análise crítica do sistema judiciário é um elemento essencial em qualquer sociedade democrática e deve, portanto, ser motivada. Nosso interesse neste tópico encontra-se na necessidade de garantir que a fronteira entre críticas e ataques aos juizes não seja ultrapassada.”